

ENFOQUE: Qual é a questão?

LIVRO DIDÁTICO: um (quase) manual de usuário

Marisa Lajolo*

Para Paulo Freire, mestre que ensinou
minha geração de educadores a
ler a leitura e a escola.

A escola é um lugar especial. Também especial é o *material escolar*, que se pode definir como o conjunto de objetos envolvidos nas atividades-fim da escola. Tudo aquilo que ajuda a aprendizagem que cumpre à escola patrocinar—computadores, livros, cadernos, vídeo, canetas, mapas, lápis de cor, televisão, giz e lousa, entre outras coisas — é material escolar.

Na maior parte das escolas brasileiras, alguns desses itens são mais freqüentes do que outros. Entre os mais raros, incluem-se, provavelmente, computadores e aparelhos de vídeo. Dentre os mais comuns, giz e lousa.

Ao conjunto acima se poderiam acrescentar tantos objetos quanto os sugeridos pelos recursos materiais, competência e imaginação de educadores e de escolas: coleções de pedras, retalhos de tecido, jornais, revistas, tintas, pincéis, cola, tesoura, vasos de plantas, bichos secos, impressoras, mimeógrafo. Mas, qualquer que seja o conjunto de coisas que constitui o *material escolar*, alguns

* Professora da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

elementos são mais essenciais do que outros, porque influem mais diretamente na aprendizagem.

Entre esses elementos mais essenciais destacam-se os livros.

Geralmente, *livros não-didáticos* dispensam seus leitores de qualquer gesto que ultrapasse a leitura individual, o que, aliás, não é pouco, se se entender leitura no sentido amplo de produção e alteração de significados, de envolvimento afetivo, de experiência estética.

O manual de instalação de um aparelho, por exemplo, *produz significados*, na medida em que, a partir da leitura dele, seu leitor aprende a instalar um videocassete, distinguindo pólo positivo de pólo negativo e ambos do fio de terra, ligando cabos diferentes a diferentes chaves, e assim por diante.

Um livro de receitas, por sua vez, ao sugerir que o leitor cozinhe abóbora com feijão, *produz significados* para os leitores que jamais cozinham ou viram cozinhar aquele vegetal alaranjado de casca dura e cheio de sementes; mas também *altera significados* para aqueles leitores que, até lerem a receita, só sabiam que se utilizava abóbora como ingrediente de doce e que só tinham comido feijão cozido com lingüiça.

Já os versos de Manuel Bandeira em que se lê

*Vou-me embora pra Pasárgada Lá
sou amigo do rei Terei a mulher
que quero Na cama que escolherei*

podem, simultaneamente, *produzir e alterar significados*. Seus leitores aprendem, numa sociologia fantástica, que Pasárgada vive em regime monárquico, ou deduzem que Pasárgada deve ser o nome de um lugar, já que está escrito com letra maiúscula e complementa o verbo *ir*. Mas os versos ensinam também que *ser amigo do rei* talvez tenha um significado diferente de *ser amigo da onça*, multiplicando, assim, os significados possíveis da expressão "ser amigo de".

O texto de Bandeira, entretanto, além de produzir e alterar significados, pode também patrocinar *envolvimento afetivo e experiência estética*, como seria o caso, por exemplo, de um leitor que, a partir da leitura dos quatro versos acima, se fosse colocando no lugar do eu que diz "*vou-me embora...*", fosse reparando na musicalidade das frases ou ainda fosse atentando para a sensualidade dos versos finais.

Por isso textos como este de Bandeira são considerados poesia.

Os livros didáticos, também, podem patrocinar todas estas modalidades de leitura que os livros não-didáticos proporcionam, muito embora pareça pouco provável que um livro de Ciências provoque envolvimento estético, ou que um livro de poesia forneça informações científicas..., mas é preciso não esquecer que, no reino das linguagens e dos livros (e até mesmo no reino dos Livros didáticos!) tudo é possível: estudos sobre a vegetação original de certas regiões da terra recorreram a quadros e a tapeçarias antigas para conhecimento da aparência de certas plantas...

Em sociedades como a brasileira, livros didáticos e não-didáticos são centrais na produção, circulação e apropriação de conhecimentos,

sobretudo dos conhecimentos por cuja difusão a escola é responsável. Dentre a variedade de livros existentes, todos podem ter — e efetivamente têm — papel importante na escola.

Didático, então, é o livro que vai ser utilizado em aulas e cursos, que provavelmente foi escrito, editado, vendido e comprado, tendo em vista essa utilização escolar e sistemática. Sua importância aumenta ainda mais em países como o Brasil, onde uma precaríssima situação educacional faz com que ele acabe determinando conteúdos e condicionando estratégias de ensino, marcando, pois, de forma decisiva, o *que se ensina* e *como se ensina* o que se ensina.

Como sugere o adjetivo *didático*, que qualifica e define um certo tipo de obra, o livro didático é instrumento específico e importantíssimo de ensino e de aprendizagem formal. Muito embora não seja o único material de que professores e alunos vão valer-se no processo de ensino e aprendizagem, ele pode ser decisivo para a qualidade do aprendizado resultante das atividades escolares.

Por desfrutar de uma tal importância na escola brasileira, o livro didático precisa estar incluído nas políticas educacionais com que o poder público cumpre sua parte na garantia de educação de qualidade para todos. Pela mesma razão, a escolha e a utilização dele precisam ser fundamentadas na competência dos professores que, junto com os alunos, vão fazer dele (livro) instrumento de aprendizagem.

Assim, para ser considerado *didático*, um livro precisa ser usado, de forma sistemática, no ensino-aprendizagem de um determinado objeto do conhecimento humano, geralmente já consolidado como disciplina escolar. Além disso, o livro didático caracteriza-se ainda

por ser passível de uso na situação específica da escola, isto é, de aprendizado coletivo e orientado por um professor.

Por tais razões, o livro didático dirige-se, simultaneamente, a dois leitores: o professor e o aluno. Esta sua dupla destinação manifesta-se, por exemplo, no fato corrente de que certos exemplares do livro didático são chamados de *livro do professor*.

Por dever de ofício, o professor torna-se uma espécie de leitor privilegiado da obra didática, já que é a partir dele que o livro didático chega às mãos dos alunos. Daí que o *livro do professor* precisa ser mais do que um exemplar que se distingue dos outros por conter a resolução dos exercícios propostos.

O livro do professor precisa interagir com seu leitor-professor não como a mercadoria dialoga com seus consumidores, mas como dialogam aliados na construção de um objetivo comum: ambos, professores e livros didáticos, são parceiros em um processo de ensino muito especial, cujo beneficiário final é o aluno.

Esse diálogo entre livro didático e professor só se instaura de forma conveniente quando o livro do professor se transforma no espaço onde o autor põe as cartas na mesa, explicitando suas concepções de educação, as teorias que fundamentam a disciplina de que se ocupa seu livro. Ou seja, quando, no livro do professor, o autor franquear a seus leitores-professores os bastidores de seu livro, mostrando as cartas com que faz seu jogo: os pressupostos teóricos que assume e segue relativamente tanto à matéria de que trata o livro quanto a questões de educação e aprendizagem.

Em sua forma mais comum, livros didáticos contêm textos informativos (sobre Ciências, sobre Gramática, sobre Geografia...) aos quais se seguem exercícios e atividades. A expectativa do livro didático é que, a partir dos textos informativos, das ilustrações, diagramas e tabelas, seja possível a resolução dos exercícios e atividades cuja realização deve favorecer a *aprendizagem*.

Neste fim de década, vivemos todos, do Pólo Norte ao Pólo Sul da Terra, um processo aparentemente irreversível de globalização, cifrado nas mais diferentes linguagens. A escola precisa ter a capacidade de interagir com todas elas, fazendo-se palco do grande diálogo de linguagens e de códigos que, porque existem na sociedade, precisam estar presentes na escola, sendo o livro didático um bom portador para elas.

Todos os componentes do livro didático devem estar em função da aprendizagem que ele patrocina. Como um livro não se constitui apenas de linguagem verbal, é preciso que todas as linguagens de que ele se vale sejam igualmente eficientes. O que significa que a impressão do livro deve ser nítida, a encadernação resistente, e que suas ilustrações, diagramas e tabelas devem refinar, matizar e requintar o significado dos conteúdos e atitudes que essas linguagens ilustram, diagramam e tabelam.

Num livro didático, tudo precisa estar em função da situação coletiva da sala de aula, para com ele se aprenderem conteúdos, valores e atitudes específicos, sendo que se espera que a aprendizagem não se processe apenas pela leitura das informações que o livro fornece, mas também pela realização das atividades que ele sugere.

Assim, a qualidade dos *conteúdos* do livro didático — informações e atitudes — precisa ser levada em conta nos processos de escolha e adoção do mesmo, bem como, posteriormente, no estabelecimento das formas de sua leitura e uso.

Se através do livro didático o aluno vai aprender, é preciso que os significados com que o livro lida sejam adequados ao tipo de aprendizagem com que a escola se compromete.

Os significados que, em torno do livro didático, o aluno vai construir ou alterar, precisam, por um lado, corresponder aos padrões de conhecimento da sociedade em nome da qual a escola estabelece seu projeto de educação. Por outro, os significados que o livro veicula podem também questionar o conhecimento até então aceito como legítimo.

O essencial é que, em qualquer dos casos, as informações endossadas ou sua contestação, sejam fundamentadas; como a escola não é desvinculada de seu contexto social, tanto os padrões de conhecimento quanto os de sua contestação e reformulação, precisam satisfazer as expectativas da clientela escolar (isto é, dos alunos, das famílias de alunos, e da comunidade da qual vêm os alunos) e, simultaneamente, as diretrizes do sistema educacional.

É só a partir do conhecimento que já têm do mundo em que vivem, que os alunos poderão construir os conhecimentos nos quais livro didático e escola devem iniciá-los. Alunos, por exemplo, que acreditam que o leite azeda porque o saci cuspiu nele, dificilmente mudarão de opinião pela mera leitura de um texto que os informe sobre contaminação do leite como fruto da falta de higiene.

No caso, é preciso partir do saci e chegar aos bacilos.... e essa passagem só o professor pode fazer, e é o que ele precisa fazer de mais importante.

No processo de seleção do livro didático e ao longo de sua presença na sala de aula, é preciso planejar seu uso em relação aos conteúdos e comportamentos com que ele trabalha. É só a partir disso que se pode descobrir a melhor forma de estabelecer o necessário diálogo entre o que diz o livro e o que pensam os alunos. Pois é só na interação entre o saber que se traz do mundo e o saber trazido pelos livros que o conhecimento avança.

Assim, um livro didático não pode conter informações incorretas, porque estas levariam seus usuários a operarem com significados inadequados para a vida que vivem. Um livro não pode, por exemplo, ensinar que $2 + 2 = 3$, que o Brasil se divide em 16 estados, nem grafar casa com z; tampouco pode afirmar que a Inconfidência Mineira pretendia a Abolição da Escravatura ou ainda que as cegonhas trazem as crianças.

Um livro didático não pode veicular nenhuma dessas informações, porque nenhuma delas corresponde a significados aceitáveis na esfera da vida social para a qual os alunos se preparam na escola.

Da mesma forma, um livro didático não pode construir seus significados a partir de valores indesejáveis. Não pode, por exemplo, endossar discriminação contra certos grupos sociais, nem propor a *lei do mais forte* como estratégia para solucionar diferenças. Em hipótese alguma um livro didático pode endossar, nem mesmo de maneira indireta, comportamentos inspirados em tais valores ou

aplaudir atitudes que os reforcem ou incentivem, porque tais comportamentos e valores não fazem (e nem devem fazer) parte do alicerce ético da sociedade brasileira.

Mas se o livro didático não pode e não deve conter informações erradas nem subscrever determinados valores e comportamentos, muitas vezes informações erradas e valores perniciosos insinuam-se — de forma menos ou mais velada — em alguns livros didáticos usados em diferentes escolas brasileiras.

Certos livros didáticos, algumas vezes, contêm afirmações que de uma perspectiva ética ou de uma perspectiva científica não são verdadeiras. No entanto, por diferentes razões, compreensíveis mas não justificáveis, tais livros e suas incorreções, com ou sem a aval dos professores, estão nas salas de aula, nas mãos dos alunos e talvez em suas cabeças.

A impossibilidade de algumas vezes abandonar um livro ruim exige um esforço extra do professor para evitar ou (pelo menos) atenuar as conseqüências danosas de um instrumento pedagógico que, mais grave do que não favorecer a aprendizagem, *deseduca* seus leitores.

Entre outros fatores, o bom livro didático diferencia-se do livro didático ruim pelo tipo de diálogo que estabelece com o professor, durante o planejamento do curso. Não obstante, o livro didático bom, adequado e correto, também pressupõe que o professor personifique o uso que dele faz na sala de aula, o livro didático ruim exige que o professor interfira de forma sistemática nos conteúdos e atividades propostos e considerados inadequados.

Minimizar os danos do mau livro começa pela atividade que precisa preceder o uso de qualquer livro didático, bom ou ruim, voluntariamente escolhido ou autoritariamente imposto: leitura integral e atenta do livro, de capa a capa, da folha de rosto até a última página. Esta tarefa pode ser mais interessante e produtiva se feita coletivamente, pelo conjunto de professores (da escola, da delegacia ou supervisão, da região...) em cujas classes o livro será adotado.

Essa leitura preparatória é o momento de planejar estratégias que favoreçam o estabelecimento de relações entre o que está no livro didático e a vida dos alunos, de decidir sobre as atividades que vão patrocinar a passagem do significado do mundo no qual vivem os alunos, para os significados de vida presentes no livro didático. Ela pede lápis na mão para assinalar as passagens do livro que, ou por serem fundamentais, ou por conterem informações que o professor sabe que estão incorretas, devem ser trabalhadas com muita atenção.

Trabalhar em classe com um livro inadequado exige excepcional firmeza. Serão vários os momentos e as situações em que o professor precisará dizer à classe que o livro merece ressalvas, que o que o livro diz não está certo.

A segurança com que o professor vai dizer aos alunos que, ao contrário do que se lê no livro didático, *casa* se grafa com *s* e não come *,* ou que o presidente da República em março de 1964 não era Jânio Quadros, mas João Goulart, dá o tom da discussão com os alunos dos limites da infalibilidade dos saberes. Professores e alunos, nesta situação, vivem coletivamente uma experiência que ensina que nem todos os livros estão sempre certos sobre tudo, que em várias situações é preciso ir além do que diz o livro, e que na

situação de sala de aula o professor é o mais qualificado para referendar ou não o que está nos livros.

Nem sempre, no entanto, os aspectos negativos dos livros didáticos são tão visivelmente equivocados como escrever *passarinho* com ç ou afirmar que a República foi proclamada em 1822... Muitas vezes, o livro didático é inadequado pela irrelevância do que diz, pela monotonia dos exercícios que propõe, pela falta de sentido das atividades que sugere. Nesta situação, cabe ao professor substituir exercícios e atividades, ou simplesmente apontar a irrelevância do tópico. Substituição e comentário serão educativos, na medida que estarão fazendo o aluno participar, de forma consciente, de uma situação de leitura crítica e ativa de um texto.

Substituição, alteração e complementação de exercícios e atividades propostos pelo livro didático adotado em classe não ocorrem apenas a propósito de livros didáticos insatisfatórios. O melhor dos livros didáticos não pode competir com o professor: ele, mais do que qualquer livro, sabe quais os aspectos do conhecimento falam mais de perto a seus alunos, que modalidades de exercício e que tipos de atividade respondem mais fundo em sua classe.

A história do livro didático e da escola brasileira mostra que nem sempre a relação do professor com o livro didático é esta desejável relação de competência e autonomia. A história sugere que a precariedade das condições de exercício do magistério, para boa parte do professorado, é responsável direta por vários dos desacertos que circundam questões relativas ao livro didático na escola brasileira.

Um magistério despreparado e mal remunerado não tem as condições mínimas essenciais para escolha e uso críticos do livro didático, o que acaba fazendo circular, nas mãos e cabeças de professores e de alunos, livros que informam mal, que veiculam comportamentos, valores e conteúdos inadequados.

Isto ocorre porque se vivem hoje, extremamente potencializadas, as conseqüências desastrosas dos desacertos que pontilham a história da educação brasileira. A aguda consciência desta crise, somada à vontade política de melhorar a situação e às recentes medidas descentralizadoras e de valorização salarial do magistério, são, no entanto, sinais positivos que apontam que a situação, embora ainda mais freqüente do que seria desejável, começa a encontrar encaminhamentos promissores.

A solução definitiva passa, obrigatoriamente, por uma política educacional que invista através de medidas concretas na valorização da educação, o que se traduz na qualificação profissional do educador (salário, inclusive e sobretudo), problema no qual se inscrevem as faces mais desalentadoras da relação entre livro didático e qualidade de ensino.

O caso é que não há livro que seja à prova de professor: o pior livro pode ficar bom na sala de um bom professor e o melhor livro desanda na sala de um mau professor. Pois o melhor livro, repita-se mais uma vez, é *apenas* um livro, instrumento auxiliar da aprendizagem.

Nenhum livro didático, por melhor que seja, pode ser utilizado sem adaptações. Como todo e qualquer livro, o didático também propicia diferentes leituras para diferentes leitores, e é em função

da liderança que tem na utilização coletiva do livro didático que o professor precisa preparar com cuidado os modos de utilização dele, isto é, as atividades escolares através das quais um livro didático vai se fazer presente no curso em que foi adotado.

Essa necessidade de planejamento acrescenta-se à necessidade de criação e desenvolvimento de mecanismos de avaliação dos livros didáticos disponíveis no mercado. Este processo de avaliação, da qual educadores de diferentes graus do ensino precisam participar em número cada vez maior, desempenha função pedagógica e tem efeitos multiplicadores para todas as instâncias envolvidas com o livro didático, principalmente seus usuários (alunos e professores) e seus produtores (escritores e editores).

Implantado por oportuna iniciativa ministerial em 1996, o processo de avaliação do livro didático pode vir a ser progressivamente assumido por outras e variadas instâncias: associações profissionais do magistério, órgãos que congregam pais de alunos e diferentes sociedades científicas, entre outras, podem, articuladamente, com o tempo e com vantagens, assumir a tarefa, que também precisa contar com a participação intensa da universidade e das instituições de pesquisa.

Este estabelecimento e consolidação de uma tradição crítica do livro didático precisa ser acompanhado da descentralização do processo de escolha, ampliando-se cada vez mais o peso da escola e da voz do professor de sala de aula. Tal descentralização precisa, obviamente, articular-se à qualificação do professor, a uma circulação ampla dos resultados de análise crítica do livro didático

e, sobretudo, à consolidação da bem-vinda descentralização de verbas para a educação, inaugurada em 1996.

Com a descentralização do processo de escolha pode-se, inclusive, esperar substancial transformação no livro didático: a partir de uma clientela mais exigente, ele com certeza será melhor e poderá tornar-se menos monolítico. O modelo hoje vigente pode coexistir com outros, multiplicados pelo recurso aos diferentes mídias que favorecem linguagens tão sofisticadas quanto a escrita. Pode-se pensar, por exemplo, em materiais didáticos compostos a partir de módulos independentes, dentre os quais o livro seja apenas *um* elemento, dialogando com vídeos, bancos de dados, imagens, bibliografias *on line* etc.

Uma tal estrutura permitirá usos mais interativos do livro, montado, por assim dizer, a partir de necessidades específicas de certas classes e turmas, favorecendo mais a teoria ou mais os exercícios, menos uma linguagem ou mais uma outra, decisões estas que abrem um grande espaço para a interlocução que o professor estabelece com o *material escolar* de que se vale.

Indiretamente, tais medidas vão qualificar a relação do professor com o livro e, conseqüentemente, a dos alunos com os professores, os livros e a escola. Escolha e uso de livro didático precisam resultar do exercício consciente da liberdade do professor no planejamento cuidadoso das atividades escolares, o que reforçará a posição de sujeito do professor em todas as práticas que constituem sua tarefa docente, em cujo dia-a-dia ele reescreve o livro didático, reafirmando-se, neste gesto, sujeito de sua prática pedagógica e um quase co-autor do livro.